

## Índice

Prefácio à segunda edição	7
A Lua de Bruxelas	11
Nota Final	195

# 1

Vou descendo a rue de la Loi sob a chuva oblíqua e, regressado do Sul, confesso-me rendido à grisalha bruxelense — a do entardecer, amálgama de branco, negro e malva. Reconheço-me afim dos Goncourt, que, nostálgicos do cinzento sob o azul dos céus de Itália, recuperavam a pátria eletiva entre as brumas de Paris. Anoitece, a iluminação pública brilha no firmamento sem estrelas, acendem-se, uma a uma, as luzes das residências. No *Childe Harold*, Byron exalta a beleza dos serões de Bruxelas: “*There was a sound of revelry by night / And Belgium’s capital had gather’d then / Her beauty and her chivalry...*” (“Ouviam-se os ruídos de uma festa noturna. / A capital da Bélgica reunia então / A beleza e o cavalheirismo...”)

Uma festa noturna: eis a Bruxelas do cinzento exterior e do brilho interior, a dos reflexos luminosos nos cenários neoclássicos do Haut de la Ville, entre o Parlamento, o Mont des Arts, a rue de la Régence e a place des Barricades. Há a Bruxelas da Grand-Place e do Ilôt Sacré, a dos turistas que fotografam o Hôtel de Ville e se restauram seguindo fielmente os conselhos do *Guide Michelin*. Há a Bruxelas das batatas fritas, roliça e truculenta, saída dos quadros de Brueghel, eterno objeto de motejos e anedotas. E há a Bruxelas antagonica das precedentes, a edificada em torno do Palais du Roi, a que cresceu sob os domínios austríaco e napoleónico, rigorosa e subtil como uma sonata de Mozart.

No número 51 da rue Ducale, uma placa assinala a passagem de Byron. Traduzo: “Na primavera de 1816, esta casa abrigou durante alguns dias Lord Byron, saído da pátria que lhe ignorava o génio e que não tornaria a ver. Aqui compôs as estrofes do Canto III do *Childe Harold* sobre a batalha de Waterloo.” Data dessa estância criativa a lenda que atribui ao poeta os danos causados nas esculturas do Parc, que atravesso protegendo-me da chuva sob as árvores seculares. Envolto na bruma, os bustos de personagens mitológicos, amputados de narizes e orelhas, delimitam as avenidas retilíneas que desenham no saibro um compasso maçónico. Os ruídos do trânsito perdem-se entre a folhagem. A iluminação pública reduz-se agora a uma sucessão de manchas evanescentes. Na noite, de súbito íntima, respiro o ar gélido, acerado e inebriante. Oíço passos, segue-me uma sombra furtiva. Na obscuridade reconheço Byron que, há quase dois séculos, aguarda na capital belga a reparação da viatura que o carroceiro Mommaerts lhe promete todas as tardes para o dia seguinte. Impaciente, inquieto, entretém-se a apedrejar as estátuas.

A geografia do Haut de la Ville é eminentemente literária. Num dos hotéis da rue des Musées instalou Garrett a primeira legação portuguesa na Bélgica; o poeta diplomata viveu depois na rue Royale, numa casa (hoje desaparecida) onde lhe penhoraram os pertences por falta de pagamento das rendas. Victor Hugo habitava na place des Barricades quando meia dúzia de energúmenos lhe apedrejaram a residência, protestando contra o apoio do escritor aos *communards* de Paris. Baudelaire utilizava-se regularmente nos cafés da place Royale. Foi na rue des Carmelites que Verlaine cumpriu parte da pena de prisão a que um tribunal belga o condenou por ter agredido Rimbaud a tiro. De passagem por Bruxelas, Balzac e Dumas hospedavam-se no Bellevue ou no Europe, dois hotéis de luxo que na época ocupavam os palacetes da place Royale. Ainda a propósito de literatura, evoco Karl Marx, que toda a vida escreveu ficção sem o saber, ou pelo menos, sem o confessar.

O fundador do socialismo científico vivia com a família no Bois Sauvage, um hotel medíocre da place Sainte Gudule, quando, objeto de uma ordem de expulsão da Bélgica, as autoridades o interpelaram. Quis mostrar aos polícias a data exata constante do mandado mas, num compreensível equívoco, puxou de um panfleto da Liga dos Comunistas. O incidente, ocorrido no tumultuoso ano de 1848 em que tremeram as coroas da Europa, permitiu-lhe ficar mais alguns dias em Bruxelas, mas preso.

Na esquina da rue de l'Enseignement com a rue de la Croix de Fer, entro na Rotonde, sento-me a uma mesa perto da janela e vou folheando o livro de Marcel van Nieuwenborgh dedicado aos itinerários poéticos de Bruxelas. Os ruídos dos copos, os odores do café, os tons pastel do mobiliário, tudo me pacifica como um elixir. Terra da boa mesa e da boa cerveja, a capital belga não possui hoje grande fama no que às letras e às artes diz respeito. Ao contrário do que acontecia no fim da Idade Média e no Renascimento. No entanto, a situação geográfica e as especificidades políticas da Bélgica continuam a proporcionar encontros estimulantes. Como o de há século e meio — ou seja: ainda ontem — entre Nadar, fotógrafo e construtor de aeróstatos, e o rei Leopoldo I, espetador curioso do lançamento de engenhos espaciais. Nadar e o rei (conta Van Nieuwenborgh) pareciam conhecer-se, ou antes, reconhecer-se, sem dúvida através da maçonaria. Leopoldo I perguntou ironicamente ao fotógrafo: “É republicano, Monsieur Nadar?” Este replicou: “Sou, sim, *Sire*, e Vossa Majestade?” “A minha profissão não me permite sê-lo”, respondeu o rei. Nadar adorava Bruxelas, cidade onde se divertiu, comeu magistralmente e conseguiu fazer passar a fotografia por uma das belas-artes. Baudelaire, seu companheiro e amigo, abominava a cidade e personificou na Bélgica aquilo que acima de tudo dizia combater: o paganismo dos imbecis. “*Pauvre Belgique!*”, exclamava o poeta, num gesto de desprezo que englobava flamengos, valões, os editores que o ignoravam e a estalajadeira que lhe

exigia os atrasados da pensão. “Cidade pequena, espíritos pequenos, pequenos sentimentos!”

No dia 4 de fevereiro de 1999, quando passam duzentos anos precisos sobre o nascimento de Garrett, acendo uma vela em memória do poeta num dos altares da catedral dos Santos Miguel e Gudula. Frio intenso, vagos turistas percorrem a igreja em obras de restauro. Solitária e mística, mensagem arremessada através das épocas, a vela brilha na obscuridade. Garrett, que viveu a dois passos da catedral, tornou-se por certo devoto de Gudula, virgem e mártir, uma espécie de Santa Iria local capaz de inflamar a imaginação de um poeta romântico. “Tu, cuja santidade foi reconhecida pelo coração e pela fé do povo cristão, intercede por nós junto do Senhor” — leio na pagela distribuída aos fiéis. O coração e a fé. Um destino romanesco em vida e na santidade póstuma. A prece a uma heroína de bárbara origem, cujos despojos foram profanados por iconoclastas e revolucionários. O carrilhão entoia a ave-maria. O sopro do vento apaga a vela. Um anjo passa — é São Miguel, o outro dos patronos da catedral e da cidade, que, numa correria alada, regressa a penates.

Subo a rue de Treurenberg e entro na rue Royale, envolta na sinfonia desconcertante do trânsito. Monótono, denso, o chuvisco bruxelense começa a cair do céu baixo. Um manto de escuridão cobre os edifícios, como se o senhor do Hades quisesse, num decreto arbitrário, afogar a luz nas trevas. No primeiro andar do número 15, a chama de uma vela projeta uma mancha oscilante na parede do fundo. Com a oportuna intercessão de Santa Gudula, admito tratar-se de Garrett, que viveu nessa casa entre 1834 e 1836. O contorno da silhueta corresponde à iconografia que passou à posteridade: fronte alta e saliente, nariz esculpido a cinzel, lábios finos, porte elegante. Leva à boca uma chávena de chá. O vento uiva nas esquinas da rua e do tempo. A instabilidade da luz da vela invade o cenário.

João Baptista da Silva Leitão de Almeida Garrett, ou apenas Almeida Garrett ou Garrett, em literatura, por antonomásia o

poeta romântico da língua portuguesa; Monsieur d’Almeida na sociedade bruxelense da época; ou João Baptista — como, pelos nomes próprios, o designa Gomes de Amorim, amigo, discípulo, servidor e biógrafo, e como, familiarmente, será as mais das vezes designado nestas páginas — escreve numa sala de paredes nuas, apenas mobilada por uma mesa e um banco. “Há três meses que vivo neste estado”, comunica ao ministro dos Negócios Estrangeiros, em Lisboa, “e ultimamente, apesar de todos os privilégios diplomáticos, sofri a desfeita de um sequestro em minha mobília pela renda das casas da legação. A situação em que aqui fiquei, desonrado pelo meu próprio Governo, só pode significar que existe a vontade de me verem desonrado por todos.” Volta a molhar a pena no tinteiro de prata, hesita e continua: “Reduzido a este estado, resolvo-me a vender algum resto de prata e roupa que possuir para pagar as dívidas que não são minhas e para não continuar a fazer mais, passando a Londres, onde espero encontrar quem me empreste os meios de me transportar a Lisboa. Rogo a V. Ex.<sup>a</sup> se sirva mandar ali pagar-me o primeiro trimestre deste ano, já corrido, e a lista das despesas da legação no mês de janeiro deste ano.” Em cima da mesa, entre os livros que publicou e os projetos e manuscritos inacabados — equipagem de todas as andanças, passaporte de todos os percursos —, há uma bola de cristal translúcido, um pisa-papéis que, em gesto automático, o poeta afaga quando interrompe a escrita. É um talismã que lhe veio parar às mãos nos dias gloriosos das primeiras semanas em Bruxelas, época em que o amor de Luísa e a prosperidade do cargo pareciam inabaláveis alicerces da felicidade.

Numa manhã abafada de junho de 1834, João Baptista e a mulher chegavam a Bruxelas na diligência de Ostende e, aguardando o bagageiro do Hôtel de l’Europe, entraram no café do rés do chão das Messageries Royales Van Gend. A elegância do nome da firma, afixado na parede em letras góticas, e a jovialidade ruidosa do pessoal e dos fregueses dispuseram-nos favoravelmente quanto à cidade onde iriam viver.

— Isto não é a França — disse ele.

— Nem a Inglaterra — retorquiu ela.

“Assim o espero”, pensou João Baptista, tendo em mente as misérias dos exílios inglês e francês que ambos tinham experimentado. Os cocheiros gordos recebiam das criadas gordíssimas a ração de leite, igualmente gordo, e o pão com manteiga, luzidia e amarela de nédia, pitança daqueles lapuzes bem dispostos. Falavam um dialeto em que eram reconhecíveis algumas palavras próximas do alemão e do inglês. O fumo e os odores da gordura, do suor e da cerveja envolviam o salão num hálito que, no termo dos acidentes da viagem, passava por confortável.

Os Garrett encomendaram chá, e a criada, no meio do palavreado dirigido em flamengo a outros clientes, pediu “mil e seiscentos, só mil e seiscentos”, sem identificar qualquer moeda. João Baptista, incapaz de compreender metade da verborreia, deixou vinte *sous* franceses na mesa. Preparavam-se para sair quando, numa grande agitação, a mulher veio explicar que os mil e seiscentos *sous* locais valiam apenas oito dos franceses. Com gestos de agradecimento, insistia em devolver parte da quantia recebida e, perante a insistência de João Baptista para que ela ficasse com a totalidade, perdeu-se de novo numa algarviada de tradução impossível. Fazendo sinal para que a esperassem, desapareceu no interior do estabelecimento, e regressou pouco depois de bola de cristal em punho.

— *Pour madame* — disse. Entregou-a a Luísa, misturando com o flamengo um francês decorado. — *Toekomst... geluk... avenir... bonheur.*

— Aceita — aconselhou João Baptista. — Disso depende a tua felicidade futura.

— O futuro pertence-te — respondeu seriamente Luísa, pegando na bola que brilhava ao sol tímido da tarde quente. — Eu não tenho futuro.

— Ah!, minha amiga! — desabafou ele. — Eu quero é ter presente. E contigo.